

DECISÃO N. 038/2022

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul – Coren-MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e Regimento Interno da Autarquia, homologado pela Decisão Cofen n. 124/2021 de 11 de agosto de 2021, neste ato, legal e regimentalmente representado pelo Presidente e pelo Secretário desta Autarquia; CONSIDERANDO o caráter autárquico federal do Conselho regional de enfermagem de Mato grosso do Sul, instituído pelo art. 1º da lei 5.905/93; CONSIDERANDO a competência do Coren-MS, de baixar Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia, estabelecida nos art. 42 e 66 de seu Regimento Interno; CONSIDERANDO a necessidade de definir fluxo de trabalho para baixa em sistema de anuidades que forem declaradas isentas por motivo de doença; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Coren/MS em sua 483ª Reunião Ordinária de Plenário; DECIDE: Art. 1º Nos casos em que for emitido parecer jurídico por membro da Procuradoria Geral do Coren/MS e devidamente aprovado pelo Procurador Geral, favorável à isenção de anuidades por doença, nos termos da Resolução Cofen n. 682/2021 e demais que a sucederem, a baixa dos referidos débitos em Sistema poderá ser realizada pelo Procurador Geral, ainda que em data anterior à aprovação do parecer pela Plenária do Regional, desde que haja a aprovação ad referendum do Presidente do Coren-MS. Art. 2º Os casos de baixa efetuados nos termos acima em data anterior à vigência da presente Decisão ficam, por este ato, validados. Art. 3º. Esta decisão entra em vigor na data de sua aprovação em Plenária, devendo ser publicada para dar publicidade ao ato, ficando revogadas as Decisões anteriores ou disposições contrárias que normatizem o assunto. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Campo Grande, 17 de junho de 2022. Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte. Presidente. Coren-MS n. 85775-ENF. Dr. Rodrigo Alexandre Teixeira. Secretário. Coren-MS n. 123978-ENF.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**EDITAL**

TORNA PÚBLICA A PENA DISCIPLINAR DE CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL APLICADA AO MÉDICO OSCAR EDUARDO AZERO FRONTANILLA – CRM/MS 6704 E CRM/SP 55.353.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul TORNA PÚBLICA a decisão do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268/57, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CREMESP nº 11.631-127/2014, julgado no Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**, prevista na alínea 'e' do art. 22 da mencionada Lei, por infração aos arts. 55, 63 e 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1931/2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica da Resolução CFM nº 2.217/2018 ao **DR. OSCAR EDUARDO AZERO FRONTANILLA**, inscrito no CREMESP sob nº 55.353 e CRM/MS 6704.

Campo Grande - MS, 08 de julho de 2022.

Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso do Sul

Presidente: José Jailson de Araújo Lima

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da **FETRICOM/MS** - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, convoca todos os Delegados que integram o Conselho de Representantes, quites e em pleno gozo de seus direitos estatutários, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se à Rua Maracaju, nº 878, Centro, Cep.: 79.002-212, em Campo Grande/MS, no dia 16 de julho de 2022, às 07:00 horas em 1ª convocação e, se inexistir quórum, às 08:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem a seguinte ordem do dia: 01) Apreciação e votação de proposta de recadastramento de todas as entidades sindicais filiadas a FETRICOM/MS, com regras e prazo para tal procedimento, bem como a definição de penalidade se constatado o descumprimento ao recadastramento; 02) Debate acerca da necessidade de reforma estatutária, com abordagem de pontos a serem alterados no atual estatuto; 03) Outros assuntos de interesse do Conselho de Representantes. Fica estabelecido que a reunião será presencial e na sede da FETRICOM/MS. Considerando a realização de assembleia geral com a presença de Delegados, ante a necessidade de evitar aglomeração sem observância dos cuidados necessários para evitar a involuntária disseminação da COVID-19, bem como as recomendações das autoridades de saúde em combate a pandemia, fica estabelecido que o acesso a sede da entidade sindical será condicionado ao uso obrigatório de máscaras, bem como será exigida prévia higienização das mãos com álcool em gel e mantido o distanciamento mínimo entre os presentes no ambiente. Campo Grande - MS, 08 de julho de 2022. Elizeu Pacheco – Presidente Interino.

INSTITUTO ACQUA**REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS**

Regulamento do Instituto ACQUA Ação Cidadania Qualidade Urbana e Ambiental com finalidade de fixar parâmetros a serem seguidos no âmbito do Contrato de Gestão nº 01/2022 para gerenciar, operacionalizar e executar as ações e serviços de saúde, junto ao Hospital Regional da Costa Sul Magid Thomé, no município de Três Lagoas no Estado de Mato Grosso do Sul, em todos os procedimentos de contratações e compras para atendimento dos serviços públicos pactuados nos contratos de gestão, em atenção à decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 1923.

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Das Disposições Preliminares - Art. 1º. Este Regulamento estabelece normas gerais sobre contratações

pertinentes a obras, serviços, compras, locações no âmbito do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul, visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa. §1º. O Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, fica dispensado da observância do disposto neste Regulamento nas seguintes situações: I - Contratação de fornecedores ou prestadores de serviços com recurso próprio do Instituto, para fins de atender às demandas administrativas; II - Nos casos em que a escolha do contratado esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócios definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo. III – Nos casos de compras, aquisições e contratações onde o valor final do objeto, do insumo ou do bem não ultrapasse 0,5% do valor global do contrato de gestão. Cabendo nestes casos a utilização de cotação prévia com pelo menos 3 fornecedores. Art. 2º. Para os fins dispostos no presente Regulamento entende-se por: I – Compra: toda aquisição remunerada de bens de consumo, drogas e medicamentos, equipamentos, gêneros alimentícios, materiais permanentes; II – Aquisição: toda aquisição remunerada de bens duráveis; III – Contratação: toda contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços para suprir as necessidades do Instituto e das unidades de saúde que gerencia, exceto contratações de pessoal, o qual seguirá o regulamento de contratação de RH. Art. 3º. Para a realização dos procedimentos de Compra e Aquisição, será utilizada a Cotação Prévia com fornecedores legalmente habilitados conforme exigências do art. 20. Os procedimentos deverão preferencialmente ser realizados através de plataforma eletrônica de compras. Art. 4º. Para a realização do procedimento de Contratação, deverá ser utilizado Procedimento Seletivo de Contratação (PSC), composto por Termo de Referência (TR) e sua convocação será divulgada previamente no site do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, www.institutoacqua.org.br, exceto se a opção se der nos termos do art. 15, devendo ser respeitados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório: I - Mínimo de 03 (três) dias para Processos de Contratação que adote como critério de julgamento, o melhor preço; II - Mínimo de 05 (cinco) dias para Processo de Contratação que adote como critério de julgamento a melhor técnica, a melhor combinação de técnica e preço. §1º. Os prazos para impugnação da convocação do procedimento seletivo serão de até 02 (dois) dias corridos, após a divulgação do TR e abertura do PSC, devendo a mesma ser protocolada por escrito, conforme indicado na convocação, podendo ser: a) no local indicado pelo Instituto, preferencialmente no local da prestação do serviço ou da entrega do bem; §2º. Nos atos decorrentes da aplicação da convocação do PSC, cabem recursos no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da intimação/publicação do ato impugnado. §3º. Nos casos de contratação direta, regulados pelo art. 15 deste Regulamento, a convocação será realizada mediante a solicitação de propostas às empresas/fornecedores cadastrados no Instituto, nos casos de serviços, os quais não haja fornecedor cadastrado junto ao Instituto o mesmo poderá, através de justificativa prévia que acompanhará o processo, realizar a contratação direta. Art.5º. Todos os valores, preços e custos utilizados nos processos de contratação terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. Art.6º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas, a mais vantajosa e que atenda aos princípios da moralidade e boa-fé, probidade, impessoalidade, economicidade e eficiência, isonomia, publicidade, legalidade, razoabilidade e busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação aos objetivos do Instituto. Art.7º. Todo o processo de compras, aquisições e contratações de que trata este regulamento deve estar devidamente documentado e disponibilizado em plataforma eletrônica de prestação de contas, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos contratos de gestão. Parágrafo único. O Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental manterá os documentos do processo de compra, aquisição e contratação, seja direta ou por PSC, incluindo os documentos elencados no art. 13 deste Regulamento, arquivados na sua sede ou na Unidade Hospitalar, sendo disponibilizada a versão digitalizada na aba transparência de seu portal. Art. 8º. Compete à Direção do Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental firmar: I – Contratos e respectivos termos aditivos ou documentos equivalentes. II - Acordos e ajustes; III - Protocolos de intenção; IV - Parcerias e patrocínios. Art. 9º. Competem ao Diretor Presidente do Instituto e/ou à Direção Geral do Hospital: I - Determinar e autorizar a abertura dos processos seletivos de contratação (PSC); II – Homologar o resultado do processo seletivo de contratação (PSC); III - Aplicar sanções. Seção II - Das Obras e Serviços de Engenharia Art. 10. Os processos seletivos de contratação (PSC) para a execução de obras e para a prestação de serviços de engenharia obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: I – Projeto básico; II – Cronograma de execução das obras e serviços. §1º. Havendo necessidade de modificação no projeto básico, especialmente em relação aos quantitativos de itens, exigências técnicas e alteração qualitativa, as mudanças deverão estar registradas em nota técnica fundamentada, que será submetida à aprovação do setor técnico competente. §2º. Os contratos destinados à realização de obras e serviços de engenharia seguirão os regimes de execução definidos no projeto básico. Art. 11. No projeto básico de obras e serviços serão considerados, principalmente, os seguintes requisitos: I – Segurança; II – Funcionalidade e adequação ao interesse público; III – Economia na execução, conservação e operação; IV – Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; V – Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas. Parágrafo único. O projeto básico deve contemplar no mínimo: projetos, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro e responsabilidade do autor do projeto básico. Art. 12. O disposto nesta seção aplica-se também, no que couber, aos casos de contratos oriundos de contratação direta. Seção III - Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados - Art. 13. Para os fins deste Regulamento, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: I – Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos; II – Pareceres, perícias e avaliações em geral; III – Assessorias ou consultorias técnicas, de gestão, jurídica, contábil, auditorias financeiras, tributárias, ou independentes, processamento de folha de pagamento e sistemas; IV – Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; V – Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; VI – Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; VII – Procedimentos médicos e hospitalares de média e alta complexidades, não abrangidos nos Planos Operativos ou de Trabalho; VIII – Instalação, manutenção e aperfeiçoamento de softwares, sistemas e programas

de informática; IX – Serviços de apoio administrativo, serviços de direção, gerenciamento, coordenação e/ou supervisão Hospitalar entre outros necessários ao funcionamento da unidade hospitalar.

Capítulo II - DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, AQUISIÇÃO E COMPRAS

Art. 14. O procedimento de Contratação, Aquisição ou Compra compreende o cumprimento das etapas a seguir especificadas: I - Solicitação de contratação de serviços, compras ou aquisição; II - Justificativa da solicitação de contratação de serviços, compras ou aquisições; III - Indicação da modalidade, com a devida justificativa, no caso de contratações dos serviços, se PSC ou Contratação Direta, nos casos de compras e Aquisições, se cotação prévia ou compra e aquisição direta; §1º. Em havendo indicação do Presidente do Instituto e/ou da Direção Geral do Hospital pela modalidade de contratação direta, deverá ser realizada coleta de preços entre os fornecedores cadastrados ou não desde que justificado previamente, para homologação do menor valor, ou melhor técnica ou combinação entre técnica e preço constante em tal Convocação, mediante apresentação de propostas e documentos de qualificação que forem exigidos. §2º. Em havendo indicação do Presidente do Instituto e/ou da Direção Geral do Hospital pela modalidade de processo seletivo de contratação, o processo será remetido para confecção de Termo de Referência e convocação do procedimento seletivo de contratação, que deverá respeitar o disposto nesse Regulamento. §3º. O Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, poderá cadastrar fornecedores por meio de convocação para credenciamento, tendo por objeto a formação do cadastro de fornecedores de bens e serviços para o Contrato de Gestão firmado com o Estado de Mato Grosso do Sul. §4º Poderá o fornecedor/prestador de serviços, a qualquer tempo, realizar a solicitação de cadastro prévio junto ao Instituto ACQUA por meio de envio de correio eletrônico ao E-mail comprasselecao.hrtl@institutoacqua.org.br.

Seção I - Da Compra, Aquisição ou Contratação Direta - Art. 15. Poderá ser realizada a compra, aquisição ou a contratação direta, na base ou não dos fornecedores cadastradas no Instituto conforme previsto no artigo 4º, §3º, nas seguintes hipóteses: I - Para obras e serviços de engenharia de valor global até 8% do valor mensal do Contrato de Gestão, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; II - Para outras contratações de serviços, aquisições e compras de valor global até 8% do valor mensal do Contrato de Gestão, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez; III - Quando não acudirem interessados no processo de contratação, compra ou aquisição anterior e essa não puder ser repetida sem prejuízo para o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, na execução do Contrato de Gestão, desde que mantidas as condições preestabelecidas; IV - Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional; V - Para a locação de imóvel, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado; VI - Na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação do processo de contratação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido; VII - Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; VIII - Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, exceto se ocorrer a hipótese do §1º do artigo 27 deste Regulamento. Art. 16. A compra, a aquisição e a contratação direta também serão feitas quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de: I - Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; II - Contratação de serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, nas hipóteses previstas no artigo 13. III - Nos casos de atrasos nos repasses por parte do Estado, vez que tal expediente limita as condições de Compra e Aquisição.

Seção II - Do Processo de Contratação por Seletivo - Art. 17. O instrumento de convocação do procedimento seletivo conterá as seguintes informações: I - Objeto da contratação em descrição clara e sucinta; II - Modalidade de contratação; III - Data, hora e local da sessão para a entrega da documentação de habilitação técnica e abertura das propostas; IV - Procedimento, prazos e recursos; V - Minuta do Termo de Referência; VI - Anexos. §1º. A fase externa da contratação será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação do Instrumento de Convocação no site do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental ou em jornal de grande circulação na região da unidade hospitalar. §2º. Em situações excepcionais em que poderão prejudicar a concorrência devido à localização das empresas em âmbito nacional, poderá ser dispensada a designação de sessão para entrega de documentos e abertura das propostas, hipótese em que os documentos exigidos para qualificação técnica junto com a proposta poderão ser encaminhados via e-mail ou correio com aviso de recebimento. Art. 18. O Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental não pode descumprir as normas e condições do instrumento de convocação, ao qual se acha estritamente vinculada. §1º. Qualquer empresa interessada em participar do procedimento de contratação poderá impugnar o instrumento de convocação por irregularidade na aplicação deste Regulamento, protocolando o pedido até 02 (dois) dias antes da data fixada para a entrega das propostas. §2º. Decairá do direito de impugnar o instrumento de convocação o concorrente que não o fizer até o prazo definido no parágrafo anterior. Art. 19. Nos processos de contratação regidas por este Regulamento, poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento: I - Menor preço; II - Melhor técnica; III - Melhor combinação de técnica e preço. §1º. Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório. §2º. A habilitação preliminar, as propostas, as impugnações e os recursos serão processados e julgados por Comissão de Análise e Julgamento constituída por 3 (três) membros, os quais serão indicados, pelo Presidente do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental.

§3º. O resultado do processo de contratação será publicado no portal eletrônico do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental (www.institutoacqua.org.br). Seção III - Do Processo de Compras ou Aquisições com Base no Portal de Compras - Art. 20. No caso de compra de medicamento, materiais hospitalares e também materiais de escritório, o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, preferencialmente, manterá contrato com Portal de Compras on line, para fins de escolha dos fornecedores com melhores preços, cotado na Plataforma de Compra na data da compra. Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo, algumas situações que porventura venha a dificultar a aquisição de materiais médicos e medicamentos, devendo a Presidência do Instituto e a Diretoria Geral do Hospital sempre primar pela garantia do acesso e o atendimento ao usuário. Art. 21. As notas fiscais de compras e aquisições de medicamentos e materiais hospitalares e bens duráveis, deverão ser atestadas por empregado do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, sendo preferencialmente do empregado responsável pelo armazenamento, recebimento e utilização do produto. Art. 22. Os medicamentos e materiais médico hospitalares a serem adquiridos devem observar a Padronização respectiva elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica Hospitalar, bem como o protocolo de antimicrobiano instituído no Hospital. Art.23. As compras de medicamentos e materiais médico hospitalares devem estar em consonância com a Padronização de Medicamentos e Materiais Médico Hospitalares instituída na unidade e no sistema de estoque. Os itens adquiridos dessa modalidade devem ter o aval da área responsável com o respaldo do sistema de controle de estoque. Art. 24. Nos casos de necessidade extrema de aquisição de algum Medicamento ou Material Médico Hospitalar não padronizado, deverá haver a competente justificativa assinada pela(s) Diretoria(s) Técnica(s).

Capítulo III - DOS CONTRATOS

Seção I - Das Disposições Preliminares e da Formalização dos Contratos - Art. 25. Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes. Art. 26. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por este Regulamento: I - As partes, o objeto e seus elementos característicos; II - O regime de execução ou a forma de fornecimento; III - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; IV - Os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento; V - Os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas; VI - Os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos; VII - A obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento de contratação; VIII - As metas que o contratado estará obrigado em virtude do atendimento às metas do Contrato de Gestão e a forma de mecanismos de aferição do alcance da meta estabelecida ao Contratado. Art. 27. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá ao prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 01/2022 pactuado entre o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental e o ente público parceiro. Art. 28. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado sempre que demonstrado a vantajosidade econômica, quando o preço de mercado não seja inferior ao praticado pela contratada, observando o prazo máximo de acordo com o artigo anterior e também o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Gestão nº 01/2022. §1º. Em situações excepcionais que poderão prejudicar a concorrência devido a locomoção das empresas em âmbito nacional ou calamidade pública, declarada pelo Estado ou Municípios, os contratos emergenciais poderão ser prorrogados até a normalidade. §2º. Após esse período, o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, deverá publicar o instrumento de convocação de processo seletivo em até 90 (noventa) dias. Art. 29. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou ao Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato. Art. 30. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. §1º. O contratado é obrigado a respeitar a legislação tributária federal (LC nº 116/2003) bem como os Códigos Tributários Municipais de cada localidade que prestar serviço para o Instituto, recolhendo os impostos devidos. §2º. O contratado é obrigado a respeitar as normas e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, relativos ao Sistema Único de Saúde – SUS. §3º. No ato de apresentação da Nota Fiscal para pagamento dos serviços, não havendo comprovação de recolhimento dos tributos, o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, irá proceder com a retenção, recolhimento dos impostos e abatimento do valor devido. §4º. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere responsabilidade ao Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. §5º. Em havendo qualquer fiscalização e autuação de obrigações trabalhistas, fiscais e comerciais, que porventura responsabilizem o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, deverá o mesmo proceder a instauração de processo administrativo com vistas a apuração da infração atribuída, de forma a identificar o responsável principal pelo fato, convocando-o para pagamento dos valores ou ressarcimento posterior, de forma administrativa ou via ação de regresso. Art. 31. As Notas Fiscais serão atestadas por, no mínimo, um empregado do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, sendo preferencialmente o empregado responsável pelo setor de onde o serviço, objeto do contrato, foi executado ou pelo do setor de recebimento do produto. Art. 32. Os contratos devem conter cláusulas com sanções a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, bem como aos demais casos de descumprimento da relação contratual, sujeitando o contratado à multa de mora. §1. A multa a que alude este artigo não impede que o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato. §2º. A multa aplicada sempre será precedida de notificação à

contratada para apresentar suas justificativas e será descontada/glosada do valor do pagamento. §3º. Se a multa for de valor superior ao valor do pagamento, o Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental poderá se valer de todos os meios lícitos para cobrar e executar a dívida.

Capítulo IV - Da Aquisição de Bens Móveis

Art. 33. Todas as solicitações de compras de bens móveis e equipamentos médicos hospitalares devem atender disposições abaixo: I - Ser emitidas pelo setor interessado e encaminhadas ao Diretor Geral do Hospital e ou Presidente do Instituto, para que este autorize a aquisição; II - Contemplar ao menos as seguintes informações: justificativa da necessidade do gasto, especificação detalhada do objeto, unidade de fornecimento, quantidade, condições de fornecimento, garantia, instalação, adequação às normas de padronização, entre outras consideradas necessárias; § 1º. É vedada a indicação de marca ou modelo de determinado fabricante, exceto no caso de fornecedor exclusivo ou quando se tratar de manutenção ou peça de reposição de equipamentos. §2º. Os bens móveis e equipamentos médicos hospitalares a serem adquiridos devem atender aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos pela Comissão de Padronização de Materiais e Equipamentos Médicos Hospitalares padronizados para o Hospital. Art. 34. Todos os bens móveis e equipamentos médicos hospitalares serão entregues no Almoxarifado do Hospital, onde permanecerá à disposição do interessado. §1º. No ato de recebimento será observado se o bem ou equipamento médico hospitalar confere com as especificações formalizadas no processo de compras, o recebimento será atestado pelo almoxarife e posteriormente pelo interessado. §2º. Os bens móveis e equipamentos médico hospitalares devem ser tombados pelo setor de patrimônio da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e sua titularidade transferida de imediato ao Estado e compor o Inventário Patrimonial da unidade hospitalar.

Art. 35. Os equipamentos médico hospitalares que dependem de instalação por parte do fornecedor, deverão ser entregues diretamente ao interessado, na presença do empregado do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, vinculado ao Almoxarifado do Hospital.

Parágrafo único. Depois de instalado o equipamento médico hospitalar e, em perfeito funcionamento, a Nota Fiscal será atestada pelo interessado e funcionário responsável do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental.

Capítulo V - Das Disposições Finais

Art. 36. Este Regulamento é válido para todas as contratações e compras realizadas pelo Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental no âmbito do contrato de gestão nº01/2022 correspondente a unidade Hospital Regional da Costa Sul Magid Thomé, assinado com firmado com o Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Art. 37. Os casos omissos que não importe em modificações do presente Regulamento, serão resolvidos por ato da Diretoria do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental. Art.38 O Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental não manterá no âmbito do contrato de gestão 01/2022 relação profissional como contratar serviços ou fazer aquisições, contratar funcionários / colaboradores dentre outros, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionem com os dirigentes da OSS que detenham poder decisório. Art. 39. O regramento com critérios relativos à concessão, aplicação e prestação de contas das despesas de pronto pagamento serão normatizados em instrução própria. Art.40. Na eventualidade dos órgãos de controle e acompanhamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul elaborarem normas e/ou regramentos específicos relativos a procedimentos de compra, contratação de serviços e obras, estes deverão ser adotados e incorporados a este Regulamento. Art. 41. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data da assinatura do Contrato de Gestão 01/2022 correspondente a unidade Hospital Regional da Costa Sul Magid Thomé , firmado com o Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Santo André, 14 de abril de 2022 - Instituto ACQUA Ação Cidadania Qualidade Urbana e Ambiental

REGULAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE GESTÃO nº 01/2022 OBJETO: Gerenciar, Operacionalizar e Executar as Ações e Serviços de Saúde, junto ao Hospital Regional da Costa Leste Magid Thomé, MS. ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CAPÍTULO 1 - Finalidade

Art. 1º. Este regulamento tem por finalidade apresentar os princípios básicos de gestão de pessoal que devem orientar a área de Recursos Humanos do Instituto ACQUA – Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental, no desempenho de suas atividades e obrigações concernentes ao Contrato de Gestão nº 01/2022, firmado com o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, dispondo sobre os procedimentos quanto: I - Ao recrutamento e seleção de pessoal;

II - Ao treinamento, desenvolvimento e avaliação de desempenho;

III - Aos direitos, deveres e ao regime disciplinar.

CAPÍTULO 2 - Política Geral de Pessoal

Art. 2º. Visa o presente regulamento assegurar que os recursos humanos do Instituto ACQUA sejam considerados como o elemento mais importante e estratégico para a manutenção e crescimento da Instituição, devendo investir-se na qualificação e valorização de seu quadro de pessoal, pautando-se por princípios éticos e legais.

CAPÍTULO 3 - Aplicação

Art. 3º. Aplica-se este regulamento aos empregados e colaboradores da Instituição, assim definidos: I - Colaboradores: são todos os servidores cedidos à Instituição, em decorrência do Contrato de Gestão, cujo vínculo empregatício é regido pelo Estatuto do Parceiro Público. II - Empregados: são aqueles cujo vínculo empregatício é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. III - Profissionais contratados: especialistas, pesquisadores, técnicos ou profissionais liberais. Art. 4º. Será permitida a contratação, por tempo determinado, de pesquisadores, técnicos ou profissionais liberais, com ou sem vínculo empregatício, respeitada a legislação vigente, sempre que

necessário para etapa determinada e específica do plano de trabalho. Art. 5º. Será permitida a contratação de especialistas para realização de atividades de pesquisa, consultoria, extensão e desenvolvimento no âmbito da Instituição, voltada à consecução do objeto do Contrato de Gestão. Art. 6º. Os cargos de direção/confiança da unidade observarão as disposições do regulamento de contratação de serviços, ainda que eventualmente advindos do processo de seleção de recursos humanos disciplinados no presente regulamento.

CAPÍTULO 4 - Administração de Recursos Humanos

Art. 7º. O Instituto ACQUA administrará os recursos humanos com planejamento, organização e técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal, visando os objetivos da Instituição.

CAPÍTULO 5 - Recrutamento e Seleção de Pessoal

Art. 8º. O presente regulamento tem por objetivo identificar e atrair profissionais com potencial para ocupar as vagas existentes, adotando-se os critérios abaixo relacionados: I - O recrutamento e a seleção do pessoal será feito após divulgação entre o público alvo por meio do site do Instituto ACQUA, meios de comunicação como jornais, revistas, redes sociais ou sites de divulgação de vagas. Após essa divulgação será realizada seleção/análise de "currículo vitae" preenchidos no site do Instituto ACQUA; II - A ampla divulgação entre o público alvo referida no item retro para o recrutamento e seleção de pessoal poderá ser relativizada nos casos de urgência, assim entendidos aqueles que possam vir a ocasionar prejuízos e comprometer o regular funcionamento da unidade, ou ainda em fases de transição e troca de gestão, também quando caracterizada situação de urgência, hipóteses em que fica facultada a contratação direta da mão de obra necessária. III - A Instituição manterá banco de currículos, visando a agilização e flexibilização da contratação de pessoal, respeitando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; IV - A seleção/análise de currículos poderá, observadas as peculiaridades de cada cargo ou função, ser substituída por concurso, incluindo fases eliminatórias e/ou classificatórias, entrevista e treinamento; V - As exigências previstas no processo de recrutamento e seleção não se aplicam à contratação de serviços técnicos especializados, às locações de serviços, aos cargos de confiança, aos cargos especiais e aos serviços contratados; VI - A contratação de pessoal determinará, obrigatoriamente, avaliação de proficiência, de modo a garantir que o profissional atenda às necessidades contidas no plano de trabalho aprovado VII - A Instituição, em atenção ao princípio da economicidade, buscará aproveitar profissionais que já atuem no local, qualificando-os e submetendo-os aos critérios de experiência e proficiência, a fim de avaliar a sua permanência na função.

CAPÍTULO 6 - A Identificação e Busca dos Recursos Humanos

Art. 9º. As vagas para composição dos recursos humanos objeto deste regulamento, necessários à consecução do plano de trabalho aprovado, serão divulgadas no site da instituição.

CAPÍTULO 7 - Treinamento, Desenvolvimento e Avaliação de Desempenho

Art. 10º. O Instituto ACQUA cuidará de implantar sistemas que permitam auferir a atuação do colaborador, do empregado e do contratado, face ao cargo que ocupa na Instituição, identificando necessidades de treinamento e capacitação e oferecendo oportunidades de melhoria de sua qualificação e perspectiva de ascensão funcional na Instituição. Art. 11º. Será permitida a atividade de treinamento de recursos humanos por colaboradores e empregados efetivos da Instituição em outras instituições e centros de pesquisa e desenvolvimento públicos ou privados, bem como a realização de consultas técnicas, com ou sem remuneração, previamente autorizadas pelo Conselho Administrativo.

CAPÍTULO 8 - Direitos, Deveres e Regime Disciplinar

Art. 12º. O presente regulamento observará os direitos, deveres e regime disciplinar definidos na legislação estatutária e na CLT.

CAPÍTULO 9 - Disposições Finais

Art. 13º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria local da Instituição ou pelo director da unidade. Art.14º Na eventualidade dos órgãos de contrato e acompanhamento da Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul elaborarem normas e/ou regimentos específicos relativos aos procedimentos de seleção, Contratação e desenvolvimento de recursos humanos, estes deverão ser adotados e incorporados a este Regulamento. Art. 15º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data da assinatura do Contrato de Gestão 01/2022, correspondente a unidade Hospital Regional da Costa Leste Magid Thomé, firmado com o Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Santo André, 14 de abril de 2022 - Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de fundação, eleição e posse da diretoria e aprovação do estatuto. Convido as pessoas interessadas para a Assembleia de fundação do Grêmio Recreativo Esportivo Bombeiros de Maracaju - G.R.E.B.M. a comparecerem no dia 15 de julho de 2.022, às 19 horas, à Rua Hipólito Alves Ferreira, nº 165, bairro Cambarai, Maracaju/MS para participarem da mesma, na qualidade de associados fundadores. Ordem do dia: 1) Discussão e aprovação do Estatuto Social; 2) Eleição e posse da primeira Diretoria e Conselho Fiscal; 3) Outros assuntos pertinentes. Maracaju/MS, 06 de julho de 2.022. Tiago da Silva Roceli, Presidente da Comissão Organizadora.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DO VITÓRIA ESPORTE CLUBE

O Presidente do **VITÓRIA ESPORTE CLUBE** no uso de suas atribuições legais, convoca seus filiados para uma Assembleia Geral Eletiva a ser realizada no dia 18/07/2022 às 10h00 na Rua Macunaima, 148 - Bairro Estrela do Sul, Campo Grande - MS, para tratar da seguinte pauta: Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal.

Inocência Ramão Pereira
Presidente